



XVI REUNIÃO DA REDE NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA

DATA: 18 junho 2021

HORA: 10h00

LOCAL: Reunião decorreu à distância usando a plataforma Microsoft Teams





PARTICIPANTES

Agência para a Modernização Administrativa (AMA)

- Elsa Belo (Coordenadora Labx)
- Patrícia Paralta (Designer de Serviços - LabX/AMA)
- Marta Cotrim (Socióloga - LabX/AMA)

Área de Governo da Modernização do Estado e da Administração Pública

- Maria de Fátima Fonseca (Secretária de Estado da Inovação e da Modernização Administrativa)
- Miguel Graça (Técnico Especialista - Gabinete da Secretária de Estado da Inovação e da Modernização Administrativa)

Área de Governo da Presidência (PCM)

- Maria Castelo (Técnica Especialista – Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM))

Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE)

- Hugo Vieira - (Vice-Presidente - Direção Nacional)

Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)

- Paulo Batista Santos (Associação Nacional de Municípios Portugueses)

Autoridade Tributária (AT)

- Carlos Guimarães (Área da Relação com o Contribuinte)

Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA)

- Rui Ribeiro (Secretário da Comissão)

Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP)

- Alvaro Figueiredo (FCUP - representante)

Plataforma de Associações da Sociedade Civil – Casa da Cidadania (PASC)

- Luis Vidigal (Vogal da Direção)

Provedor de Justiça (PJ)

- Ricardo Carvalho (Adjunto do Gabinete) - falta justificada

Transparência e Integridade (TI)

- Karina Carvalho (Diretora Executiva)



CONTEÚDOS

1. Recepção dos participantes
2. Abertura da Sr^a Secretária de Estado da Inovação e da Modernização Administrativa - Maria de Fátima Fonseca
3. Subfase de concepção - Formalização dos compromissos
 - a. Balanço da Opengov Week
 - b. Apresentação dos compromissos do II PANAA
 - c. Aprendizagens e compromissos do I PANAA
 - d. Discussão sobre os desafios e oportunidades
4. Subfase de concepção - Consulta Pública
 - a. Apresentação do processo de consulta pública
 - b. Apresentação do plano de comunicação
 - c. Discussão e validação por parte dos membros da Rede
5. Partilha da Apresentação da OGP
6. Outros assuntos & Encerramento

TÓPICOS DA AGENDA

1. Recepção dos participantes

- **Patrícia Paralta (LabX/AMA):** deu as boas-vindas aos participantes e apelou a que se fizesse um compasso de espera enquanto se aguardava pelos restantes membros da Rede Nacional de Administração Aberta (RNAA) e informar que a reunião estava a ser gravada por efeitos de ata.

2. Abertura

- **Maria de Fátima Fonseca (SEIMA):** Destacou algumas iniciativas da Open Gov Week dinamizadas pelos outros países e destaca o contributo de Portugal para se juntar à OGP e a criação da RNAA. Destacou a importância dos valores da OGP, enaltecendo uma administração que não é responsiva, é uma administração verdadeiramente colaborativa com a sociedade. Como nota referiu que o prazo está a ser cumprido, a metodologia desafiante que deverá adequar o nível de ambição para obter um plano com qualidade e alinhado aos desafios atuais. Levantou a questão “estamos a ter a ambição de estar e a capacidade de concretização necessária para ir tocar nos pontos que verdadeiramente interessam?”.
- **Elsa Belo (LabX):** Começou por se apresentar enquanto nova coordenadora do LabX e dá as boas vindas a todos os presentes e apresentou a agenda da sessão.

3. Subfase de concepção - Formalização dos compromissos

Balanço da Open Gov Week, Apresentação dos compromissos do II PANAA

- **Patrícia Paralta (LabX/AMA):** Contextualizou o ponto de situação atual do cronograma, dando nota que o próximo passo era a fase de consulta pública. Resumiu os resultados da Open Gov Week, 45 participantes, treze entidades, oito membros da RNAA e mais de cem cidadãos nas duas últimas sessões abertas. Esta semana contribuiu para a construção do II PANAA. De forma a validar os compromissos do II PANAA, começou por apresentar individualmente cada compromisso. O primeiro, criar um portal único da educação, com a entidade responsável pela direção geral de estatísticas, educação e ciência.
- **Paulo Batista (ANMP):** Destacou a relevância do compromisso que cruza com o que tem sido feito, facilitando a acessibilidade do cidadão na panóplia de plataformas que integram a comunidade educativa.



- **Marta Cotrim (LabX/AMA):** Esclareceu que o compromisso não compreende o ensino superior, uma vez que este dispõe de plataformas distintas, estando este compromisso focado no ensino obrigatório.
- **Miguel Graça (Gabinete SEIMA):** Acrescentou que o ensino superior têm autonomia nesta matéria e não podem por isso ser agregados ao compromisso.
- **Patrícia Paralta (LabX/AMA):** Apresentou o segundo compromisso, canais de atendimento inclusivos no acesso aos serviços públicos, com a entidade responsável o Alto Comissariado para as Migrações, neste compromisso outras pistas paralelas decorrem e por isso envolveu-se também o E-portugal e o Instituto Nacional de Reabilitação.
- **Karina Carvalho (TI):** Adicionou que podem ser contactadas algumas das federações representativas de associações de migrantes, Centro Português para os Refugiados, o Serviço Jesuíta aos refugiados pelo trabalho que têm realizado nestas áreas. Sugere um teste de conceito, para perceber se está alinhado com aquilo que são as aspirações dessas organizações e daquilo que é, que fazem há muitos anos.
- **Marta Cotrim (LabX/AMA):** Acrescentou que na sessão da Open Gov Week se abordou que há uma série de organismos públicos, nomeadamente o ACM, aqui claramente se destaca os contactos privilegiados com grupos mais ou menos organizados na população. Sugeriu a possibilidade de criar outro compromisso para a criação de uma rede, como exemplo, quando existe a necessidade de testar um conceito a uma faixa mais reduzida recorrer a essa rede para encontrar utilizadores. De forma a incluir uma maior representatividade de perfis de cidadãos.
- **Patrícia Paralta (LabX/AMA):** O terceiro compromisso apresentado foi “criar um manual de boas práticas com normas de interconexão de dados”, com a Agência para a Modernização Administrativa como entidade responsável.
- **Marta Cotrim (LabX/AMA):** Acrescentou que é provável que no tempo de vigência deste segundo plano, haja avanços significativos a nível da interoperabilidade. Mas ainda não existe uma identificação muito concreta de quais vão ser as prioridades, dando nota que paralelamente estão a decorrer o levantamento das medidas do próximo Simplex. É provável que este compromisso seja muito além daquilo que é o manual de boas práticas.
- **Patrícia Paralta (LabX/AMA):** Avançou para o quarto compromisso passando a palavra à Karina Carvalho, responsável pelo mesmo.
- **Karina Carvalho (TI):** Referiu que o Registo Central do Beneficiário Efetivo tem pré-requisitos indispensáveis no quadro da transparência, no combate ao branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo e neste sentido é necessário transformá-lo de acordo com as melhores práticas internacionais.
- **Patrícia Paralta (LabX/AMA):** Reforçou que o IRN está igualmente empenhado no compromisso e é necessário dar o próximo passo e começar a reunir para avançar com o compromisso, reforça que a Anje está também envolvida no compromisso como entidade promotora e próxima das empresas. Tendo o Hugo confirmado. Passou para o quinto compromisso dando lugar a Carlos Guimaro.
- **Carlos Guimaro (AT):** Afirmou que este compromisso da AT está em linha com o que tem sido a atuação da AT, novas soluções que procurem apoiar o cumprimento fiscal por parte dos contribuintes e também prestar-lhes o apoio devido. Está numa fase muito embrionária ainda. Ao longo do próximo ano vão procurar robustecer essa assistência virtual que já existe e colocá-la de forma que possa responder de forma mais simplificada e mais célere e a todo o tempo, a poder responder às questões que os contribuintes possam ter. Nesta fase ainda está muito centrada no IRS, mas a ideia é avançar para outras áreas. Espera ainda poder alterar duas ou três coisas ainda durante este mês e o próximo.
- **Luís Vidigal (PASC):** Acrescentou que há uma intenção de ativar fortemente o *real time government*. Nomeadamente usando normas de interoperabilidade com as empresas, que neste momento estão muito claras em relação ao E-fatura. Revelou que vão existir grandes mudanças do seu agrado. Quanto ao bot revela que não é particularmente favorável, mas que claramente existe muita complexidade e pouco personalização e isso será um grande salto, se for um canal de help desk exatamente com as mesmas regras, referiu que na sua opinião não vai resolver e tem de ter alguma inteligência e personalização.



- **Carlos Guimaro (AT):** Confirmou que seria uma boa ideia, mas que a grande questão está por detrás dos sistemas fiscais e da complexidade das relações humanas e económicas e legal. O bot será algo entre aquilo que o próprio referiu e o que o Luís manifestou.
- **Marta Cotrim (LabX/AMA):** Acrescentou a importância de acompanhar de perto os compromissos, referiu que os próximos anos serão dinâmicos na área dos serviços públicos, também devido ao que será o plano de recuperação económica. Referiu ainda que será muito importante o fórum de acompanhamento das áreas dos compromissos do II PANAA.
- **Patrícia Paralta (LabX/AMA):** Prossegue com a apresentação dos compromissos, concretamente com o integrar e divulgar o portal dados.gov, que pretende ter duas vertentes, não só incrementar o portal dados.gov a nível tecnológico e também da quantidade de entidades que participam e que divulgam os seus dados, mas também investir na comunicação, informar a sociedade civil e auscultar quais são os dados que eles precisam, e envolve a CRUP e a PASC.
- **Álvaro Figueira (CRUP):** Assinalou um erro na ficha de compromisso, concretamente na identificação dos valores envolvidos ao nível da participação, bem como, nas datas das *milestones*.
- **Luís Vidigal (PASC):** Concordou e acrescentou que contribui também para o combate à corrupção.
- **Karina Carvalho (TI):** Revelou que seria importante acrescentar ao compromisso alguma informação específica para as entidades que são responsáveis pela produção destes dados, de como é que devem ser produzidos e em que circunstâncias para que isso seja sistemático, talvez fosse boa ideia acrescentar um manual ou um guia.
- **Patrícia Paralta (LabX/AMA):** Referiu que o objetivo também é acompanhar as entidades na transição e na disponibilização de dados, não só através de perceber o porquê de elas não fazerem e de quais são as dificuldades, e também ter um carácter talvez mais informativo do que são dados abertos e de quais são os dados abertos que elas podem disponibilizar. Ter um trabalho com as entidades de acompanhamento para essa transposição da diretiva europeia.
- **Carlos Guimaro (AT):** Referiu que na busca de informação existem demasiadas fontes eventualmente com pouca informação. Referiu que nalguns casos possa haver uma necessidade clara de interpretação e de balizar o que é que pode ser retirado e como é que pode ser retirada alguma dessa informação. Para que não existam informações mal disponibilizadas ou mal divulgadas.
- **Álvaro Figueira (CRUP):** Reflete sobre as preocupações da Karina Carvalho, acrescentando que a evolução do portal passa também por ajudar as pessoas a alimentarem o portal. Relativamente à interpretação dos dados referiu que é necessário que haja alguma literacia nesse campo. Da parte do CRUP vai tentar reunir uma equipa alargada pelas várias instituições que o constituem, nomeadamente os cientistas de dados, para poderem utilizar o portal.
- **Karina Carvalho (TI):** Seguindo a intervenção de Carlos Guimaro acrescenta que a Comissão Nacional de Proteção de Dados pode esclarecer quaisquer dúvidas que os serviços possam ter, ou os ministérios, ou qualquer organismo da Administração Pública tem essa responsabilidade, pode sempre solicitar o parecer à comissão.
- **Carlos Guimaro (AT):** Reiterou que fulcral é a questão da interpretação dos dados que, muitas vezes, concedo, que possa resultar da própria catalogação na fonte, outras vezes pela redação também na fonte. Destacou o workshop dinamizado pela AT para facilitar e esclarecer onde está a informação. Levantou como questão a interpretação, ou seja, que a informação que é disponibilizada tem que ser boa informação.
- **Karina Carvalho (TI):** Acrescentou que esse ponto pode ser adicionado ao compromisso, o esforço interno de trabalho sobre que informação é que deve ser disponibilizada.
- **Luís Vidigal (PASC):** Acrescentou que se o compromisso conseguir pelo menos tornar o portal dados.gov não num ato meramente de um cumprimento de uma ordem – neste caso uma ordem legal – e transformá-lo numa prática reconhecida, isto é, passar de um estágio de poder que lhe é conferido pela lei para um estágio de autoridade que lhe é conferido pela credibilidade e pela competência, se passar a ser reconhecido como focal point da Administração Pública para a sociedade relativamente ao Dados Abertos será ótimo e todo o trabalho que vier a



ser feito deverá ser feito nesta base, isto é, não numa perspectiva de Poder, de invocar a lei, mas numa perspectiva de Autoridade invocando a competência e a credibilidade. Também este Compromisso terá que essencialmente ter que sair daqui quase como um Gate Keeper, criar regras de admissibilidade, de qualidade, expurgando tudo o que são dados estáticos completamente já desatualizados, e sobretudo fazendo evoluir e também ver o que está à volta. Refere que o próprio INE é fundamental também estar.

- **Patrícia Paralta (LabX/AMA):** Avançou para o último compromisso, alertar e capacitar para as questões da cibersegurança, com a entidade responsável o Gabinete Nacional de Segurança, especificamente a equipa do Centro Nacional de Cibersegurança em Portugal que terá o intuito de promover uma maior sensibilização para a área e fomentar a capacidade de interpretação e implementação das normas que muitas das vezes são difíceis de interpretar e que as Entidades não só, mas também as empresas, não as conseguem implementar porque não as conseguem interpretar. Conta com o apoio da CRUP, ANJE e do IAPMEI.
- **Álvaro Figueira (CRUP):** Interveio adicionando correções à ficha de compromisso, nos valores e datas do cronograma. Questionou ainda o porquê do compromisso se focar em estudantes.
- **Patrícia Paralta (LabX/AMA):** Referiu que os estudantes foram incluídos de forma a conseguir beneficiar do envolvimento da CRUP.
- **Álvaro Figueira (CRUP):** Referiu que os estudantes podem ser envolvidos na avaliação.
- **Paulo Batista (ANMP):** Questionou se a ideia não seria abrir o compromisso a uma vertente mais lata e atingir outros públicos e não especificamente as empresas. Destaca que o compromisso pode envolver estudantes, mais incautos e porventura precisam de mais alguma interação e formação neste domínio. No entanto, não se opôs à ideia contrária.
- **Patrícia Paralta (LabX/AMA):** Explicou que o compromisso se tornou mais focado para as empresas devido ao envolvimento ativo do IAPMEI.
- **Hugo Vieira (ANJE):** Afirmou que bastantes empresas e algumas delas de referência em Portugal estão a trabalhar a cibersegurança. Concorda com a lógica de empresas - e o que é que podemos trabalhar em conjunto e o que é que as empresas podem até oferecer em conjunto - para beneficiar enquanto comunidade numa relação mais segura e juntamente com o Estado e os organismos. Reforça a mensagem de Álvaro em envolver os estudantes numa lógica de teste, de envolvimento, de nós conseguirmos fazer algumas questões em massa.
- **Patrícia Paralta (LabX/AMA):** Validou as opiniões reforçando que mesmo o compromisso tendo como foco as empresas, podem ainda existir sessões abertas para abarcar outro tipo de públicos.
- **Álvaro Figueira (CRUP):** Revelou a importância de informar toda a gente e preparar toda a sociedade, acrescenta ainda que a questão da cibersegurança é mencionada no básico e secundário de forma leve.
- **Luís Vidigal (PASC):** Mencionou um estudo o ano passado que coordenou sobre competências na área das tecnologias de informação e comunicação eletrónica e particularmente as empresas – contou com mil e quinhentas empresas – na altura as conclusões não foram boas em relação à cibersegurança. O IAPMEI tem consciência disso porque foi quem apoiou na questão dos inquéritos às empresas. A cibersegurança era uma das últimas preocupações dos empresários. Acrescentou duas questões, quem está a proteger os seus ativos, dados e processos – no fundo que é a riqueza das empresas e das instituições em geral, portanto, também das Instituições Públicas – e quem usa e acede a esses dados e essas informações. Concordou com o foco nas empresas. O resto, em relação à sensibilização em geral, referiu que se estão a fazer umas coisas pelas escolas. Referiu como preocupação as Instituições, os ativos das organizações.

Aprendizagens e compromissos do I PANAA

- **Patrícia Paralta (LabX/AMA):** Agradeceu os contributos de todos. Antes de passar ao segundo ponto da agenda pedido pela Karina Carvalho, esclareceu que em contacto com a Helen Turek, esta referiu que não é necessário



incluir no novo planos os compromissos do plano anterior, inclusive não é esperado que os compromissos sejam os mesmos. Passou a palavra à Karina.

4. Partilha da Apresentação da OGP

- **Karina Carvalho (TI):** Começou por abordar os compromissos não cumpridos. Perceber porque é que eles não foram implementados integralmente e, se no âmbito da Rede, não se deveria dar-lhe uma nova roupagem, e voltar a inscrevê-los no segundo Plano Nacional de Administração Aberta. Recordou que aquando da elaboração do primeiro Plano uma das ambições eram os Planos Nacionais robustos e arrojados e que não se deveriam ficar circunscritos àquilo que pode ser concretizado no imediato ou aquilo que já está em curso na Administração Pública. A organização do Estado Clara – o SIOE – a indicação por parte da DGAEP é que estava a ser desenvolvido o trabalho de atualização, mas na verdade ao fim destes três anos continuou tudo na mesma, era interessantíssimo que o cidadão comum, qualquer pessoa pudesse conhecer a Administração Pública, quais são as Direções-Gerais, como é que está organizada. Sobre a implementação e monitorização do regime de acesso à informação administrativa e ambiental, seria ideal perceber qual é a avaliação da CADA relativamente à implementação deste Compromisso. Na área da transparência na contratação pública considera que não se pode deixar passar o Plano de Recuperação e Resiliência, é central do plano de trabalhos da OGP para os próximos anos. Acrescentou que esteve num encontro dinamizado pela Helen Turek com organizações da sociedade civil europeias e foi falado de uma forma claríssima que enquanto Rede OGP se deveria acompanhar a implementação do Plano de Recuperação e Resiliência. Após a sugestão de colocar estas atividades como paralelas aos compromissos, referiu que isso não teria tanta importância como um compromisso.
- Apresentou a campanha da OGP, Open Recovery e Open Response que foi lançada no ano passado em contexto pandémico. Destacou a forma como cidadãos, empresas, além do Estado, podem ser envolvidos no esforço de recuperação e de resiliência, sendo que as questões da transparência, da educação, da comunicação são nucleares, os Planos seguintes têm que ter um reforço ao nível da transparência e *public oversight* e monitorização cívica, de acompanhar, mas com ferramentas de monitorização cívica garantindo que os fundos são utilizados em prol do bem comum e que, ao mesmo tempo, reforçam a confiança dos cidadãos no Estado e na capacidade de o Estado implementar e apoiar esse esforço de recuperação e resiliência. Como áreas chave destacou as desigualdades e o declínio económico. Sugeriu orçamentos abertos, contratos abertos e o foco no *beneficial ownership*. Sugere um maior foco no combate à corrupção no II Plano, através de um Compromisso sobre o Plano de Recuperação e Resiliência. Referiu ainda as assembleias Cidadãs, os Orçamentos Participativos, um portal que pudesse agregar todas estas iniciativas de envolvimento do cidadão. Mencionou ainda a mensagem da Senhora Secretária de Estado no início de antes de o submetermos a consulta o plano pensarmos se ele é suficientemente ambicioso para aquilo que é o desafio que temos pela frente, que não é um desafio de implementação do Plano Nacional de Administração Aberta, é um desafio societal que é e recuperação. Verificar se é robusto, se tem participação, se é ambicioso. Lançando estas questões para a discussão da RNAA.
- **Miguel Graça (Gabinete SEIMA):** Reforçou que a construção deste Plano foi de facto, muito interessante e diria até mesmo exemplar, foi a uma série de campos de discussão, analisou ideias, muitas ideias e transformou-as e deu-lhes também um carácter de exequibilidade muito forte. Reforçou que os compromissos encontrados já não são só ideias, já têm calendários, já têm entidades envolvidas, já têm comprometimento e isso é muito importante. Recordou que compete à rede decidir o que fazer com os compromissos não executados. Sobre a segunda questão considerou muito interessante a intervenção de atacar novas frentes e novos problemas. Relativamente ao PRR acrescentou que é um processo em curso, muito vivo e dinâmico e irá arrancar a sua fase de implementação em breve com a chegada dos primeiros fundos em agosto, informa que da parte do Governo e também da área governativa houve um envolvimento muito forte, com o lançamento do Portal da Transparência cujo objetivo era precisamente acompanhar a implementação e execução do próprio PRR e dos fundos em questão. O objetivo é



que o Portal da Transparência não fique no ponto atual mas que evolua, isto é, que não inclua só toda esta questão do acompanhamento do PRR mas também outras como o próprio Orçamento de Estado ou até as questões da contratação, portanto, a ideia é que venha a agrupar todas estas questões no futuro. A segunda informação que prestou é relativamente à questão dos Orçamentos Participativos e da ligação entre as escalas nacional, regional e local e da criação de uma plataforma, está numa fase piloto, mas já está acessível ao público (participa.gov.pt). A autarquia de Reguengos de Monsaraz está a testar e vai agora entrar em fase de votação. Mencionou também dois Orçamentos Participativos o do município e também um jovem do município. A intenção é alargar a outras autarquias e também a outras entidades da Administração Pública.

- **Karina Carvalho (TI):** Demonstrou interesse em inscrever as iniciativas no II PANAA, dando como exemplo a evolução do Portal Mais transparência de forma a assegurar que é implementado pelas recomendações da OGP e ampliar a concretização das iniciativas. Revela também a importância de nas próprias entidades que integram a rede divulgar e disseminar as iniciativas que estão em curso de promoção da administração aberta e fazer com que os cidadãos, as empresas, as organizações da sociedade civil incorporem a administração aberta.
- **Marta Cotrim (LabX/AMA):** Acrescentou a importância de ter planos de comunicação partilhados, concretamente na fase que se avizinha da consulta pública e de ser apenas a administração pública a comunicar.
- **Luís Vidigal (PASC):** Destacou a importância do Portal Base, tem que ter determinada qualidade para fazer sentido, com dados reutilizáveis. Nestes vários portais, Transparência, Participa quer do, Portal Base, existem informações redundantes e podem ser sincronizadas. No fundo quase uma infografia que permite interpretar dados, os vários portais que existem neste momento, e que têm de chegar à sociedade e para chegar à sociedade tem que haver uma agregação. Estas três coisas têm que ligar umas com as outras: o Participa, o Transparência e o Portal Base, A integração destas coisas tem que fazer sentido, tem que haver uma arquitetura. Refere que a APDSI mais do a PASC pode trazer contributos para o compromisso, mas não na sua implementação. Refere que falta tornar isto verdadeiramente apelativo, mobilizador para a sociedade.
- **Carlos Guimaro (AT):** Questiona se existe informação de quais são os portais mais acedidos pelos utentes? E qual é o rank de informação que procuram? O que as pessoas precisam, o que é que as pessoas querem?
- **Marta Cotrim (LabX/AMA):** Acrescenta que do trabalho que tem realizado nota-se que todas as áreas governativas querem colaborar, mas ao mesmo tempo é difícil mudar as rotinas e juntar os portais é um caminho que se tem de fazer. E notou que existe uma grande vontade em fazer melhor e concentrar no cidadão, a qualidade de resposta ao cidadão utilizador seja cidadão individual seja empresário. Destacou o avanço rápido da tecnologia e destacou a interoperabilidade com uma prática que será recorrente.
- **Luís Vidigal (PASC):** Refletiu sobre a importância dos meta portais capazes de detectar incongruências, sobreposições, desatualizações e a importância dos meta portais serem fundamentais e que sejam apropriados por todo o estado e pelo próprio cidadão.
- **Álvaro Figueira (CRUP):** Refletiu sobre o facto de todas as fases desde a descoberta à criação, à conceção serem um processo com um racional bem definido mas estanque porque, na realidade, durante a fase da descoberta o foco foi no que é que os cidadãos diziam ou pediam, no entanto os cidadãos muitas vezes não têm bem a noção de quais são os problemas. Refere a falta de ambição mencionada na mensagem da Senhora Secretária de Estado. Realçando as ideias da Karina, metas muito mais ambiciosas que não foram seguidas pela metodologia inicial. Refere os compromissos como úteis, mas não como valores muito elevados, merece também alguma reflexão para fases futuras e novas metodologias.
- **Marta Cotrim (LabX/AMA):** Mencionou que a Karina avançou com uma proposta no chat e que seria incluída no Plano e comprometeu-se a partilhar posteriormente uma versão mais completa.

5. Subfase de conceção - Consulta Pública



Apresentação do processo de consulta pública e plano de comunicação

- **Patrícia Paralta (LabX/AMA):** Avançou para o plano de divulgação da consulta pública apelando à partilha do mesmo pelos membros da rede, de forma a aumentar a visibilidade do mesmo. A proposta ficaria aberta de 21 de junho a 9 de julho. Após a solicitação da Karina em adiantar por dois dias o prazo para a inclusão dos novos compromissos foi tomada a decisão de adiar.
- **Karina Carvalho (TI):** Comprometeu-se a enviar a proposta de compromisso e a circular pela RNAA.

6. Outros assuntos & Encerramento

- **Patrícia Paralta (LabX/AMA):** Referiu os próximos passos da publicação da primeira versão para consulta pública e divulgação da iniciativa. Propõe para discussão as datas da XVII Reunião da Rede que ficou agendada para dia 17 de setembro.
- **Elsa Belo (LabX/AMA):** Agradeceu a presença e os contributos de todos. Destacou os três tempos diferentes: o tempo do cidadão e das empresas, o tempo da Administração Pública e o tempo político e a necessidade de fazer confluir as várias agendas tanto de tempo como de assuntos e temas a abordar e perceber qual é o caminho de forma a realizar o melhor trabalho que é obviamente o serviço ao cidadão. Destacou os alertas resultantes da reunião ao nível da transparência, ao nível do trabalho que há de fazer de integração das redes de trabalho, ao nível da interoperabilidade da Administração Pública na forma como falamos e na forma como temos de facto de falar e articularem-se entre si de forma a tornar a vida do cidadão e das empresas melhor, mais fácil e mais adequada. Realçou a importância da comunicação, da informação que se presta e os esclarecimentos. Igualmente realça que em trabalho colaborativo é possível ter mais força e ter mais ideias, mais ideias inovadoras, mais formas até de trabalhar em conjunto e que isso seja de facto uma mais valia e uma certeza da criação do valor público.

